

ASBAN debate Direito Bancário em conferência da OAB Goiás



Mário Queiroz falou sobre a responsabilidade civil das instituições financeiras nos danos ambientais

O presidente da ASBAN, Mário Queiroz, participou no dia 5 de outubro, no Centro de Convenções de Goiânia, de painel temático na Conferência Estadual de Direito Bancário promovida pela Comissão de Direito Bancário da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás (OAB Goiás).

A convite do presidente da Comis-

são de Direito Bancário da entidade, Bruno Toguchi, e juntamente com o presidente da Comissão de Direito Bancário da OAB-PE, Ricardo Kallil, o presidente da ASBAN debateu a responsabilidade civil das instituições financeiras nos danos ambientais.

Mário Queiroz lembrou que o sistema financeiro discute o tema há vários anos e tem acompanhado a

legislação e regulamentação que disciplinam a matéria. Destacou a regulamentação editada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCB) sobre o tema onde a sustentabilidade é o foco.

O presidente da ASBAN ressaltou que a codificação dessas questões acompanha a evolução das práticas adotadas pela sociedade enfatizando que o tema, especialmente quanto à responsabilidade solidária e/ou subsidiária, continuará sendo discutido por sua complexidade e sutileza entre as fronteiras dessas atribuições.

Mário Queiroz elogiou a iniciativa da Comissão de Direito Bancário da OAB-GO. “O evento permitiu uma discussão de altíssimo nível sobre todas as vertentes do Direito Bancário e deu a oportunidade do convívio entre especialistas de várias outras unidades da federação”, afirmou.

Representantes dos Bancos e da Segurança Pública de Goiás discutem parcerias

No dia 22 de setembro, dirigentes da ASBAN e representantes dos Bancos Itaú, Bradesco, Santander e Caixa Econômica estiveram reunidos com o titular da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás (SSPAP-GO), Ricardo Balestreri, com o comandante-geral da Polícia Militar, Coronel Divino Alves, e com o delegado-geral da Polícia Civil, Álvaro Cássio dos Santos, na sede da Associação.

Na oportunidade, foram discutidos temas que compõem os desafios para a estruturação e melhoria das ações visando o fortalecimento da segurança pública em Goiás e que afetam, inclusive, o setor bancário.

Balestreri apresentou seu trabalho à frente da pasta, disse que ainda há muito por fazer e que conta com a parceria da ASBAN. O secretário sugeriu a criação de uma comissão, composta por membros da SSPAP-GO e do Comitê de Segurança Bancária da ASBAN, com o objetivo de discutir e acompanhar as ações



Representantes da ASBAN, SSPAP-GO e de instituições bancárias discutiram parcerias em prol da segurança pública

articuladas que permitam o combate cada vez mais eficiente das quadrilhas especializadas em arrombamentos e explosões de dependências bancárias.

O presidente da ASBAN, Mário Queiroz, agradeceu ao Secretário Balestreri pela presença e colocou a entidade à disposição da SSPAP-GO, visando fortalecer as parcerias já existentes e a consolidação de novos projetos.

Na foto, Fabrício Leonard Santana Leite, superintendente do Banco Santan-

der e conselheiro da ASBAN; Esteliana Modesto, superintendente da CEF; Mara Márcia Gervásio, gerente do Banco Itaú-Unibanco e conselheira da ASBAN; Ricardo Brisolla Balestreri, secretário da Segurança Pública; Mário Queiroz, presidente da ASBAN; Livia Borges, diretora técnica da 1ª CCM-CRCF; João Luiz, do Banco Bradesco; Alcides Fajardo, da Regional do Poder Público do Banco Itaú-Unibanco e vice-presidente da ASBAN; e José Caetano, supervisor da ASBAN.

Ainda nesta edição:

ASBAN e Febraban discutem projetos de lei com parlamentares goianos

pág. 2

ASBAN recebe visita de membros do CRC-GO

pág. 3

Artigo: Administração Pública e políticas consensuais

pág. 3



Palavra do Presidente

ASBAN sempre primou pelo diálogo, acreditando ser esta a chave para fortalecimento de nossa instituição. Desta forma, temos intensificado nossas ações junto a órgãos públicos estaduais, municipais, gestores e legisladores de todo o estado de Goiás, além de entidades de classe de diversos segmentos e da sociedade organizada.

Estamos trabalhando, de forma proativa, como pode ser visto nesta

67ª do Jornal da ASBAN, convênios, parcerias, prestação de serviços, entre outras ações, visando a melhoria da segurança pública aos clientes e funcionários de nossos associados; o incentivo ao desenvolvimento sustentável e promoção da qualidade de vida; educação financeira e renegociação de dívidas para promover a saúde econômica de uma sociedade muito endividada; além de discussões de temas e projetos que podem prejudicar

o bom funcionamento do segmento bancário e, conseqüentemente, causar problemas aos seus usuários.

No trabalho como entidade representativa das instituições financeiras, nos manteremos cumprindo nosso objetivo social, que é favorecer o progresso, fomentar e solidificar institucionalmente os nossos representados

*Mário Fernando Maia Queiroz
Presidente da Asban*

ASBAN e Febraban discutem projetos de lei com parlamentares goianos

O supervisor da ASBAN, José Caetano Sobrinho, e o representante do Banco Itaú Unibanco S.A. e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Breno Maciel, visitaram no dia 10 de outubro parlamentares goianos e goianienses.

Durante as audiências, José Caetano e Breno Maciel apresentaram dados e informações aos parlamentares contribuindo para o exame de projetos de lei que tramitam na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) e na Câmara Municipal de Goiânia e demonstrando que, na forma em que estão concebidos, causarão impactos danosos ao funcionamento das agências bancárias e às atividades de intermediação financeira.

Os representantes das instituições bancárias estiveram com o deputado estadual e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Alego, Álvaro Guimarães; com o vereador e presidente da Câmara, Andrey Azeredo; com

a vereadora e presidente da CCJR municipal, Sabrina Garcez; e com o vereador Emilson Pereira. Na visita à

Alego, o representante da área jurídica da Febraban, Guilherme Deboni, esteve presente.



Deputado estadual Álvaro Guimarães, presidente da CCJR da Alego



Vereadora Sabrina Garcez, presidente da CCJR da Câmara Municipal



Presidente da Câmara de Goiânia, Vereador Andrey Azeredo



Vereador goianiense, Emilson Pereira



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alcides Fajardo Júnior
(Itaú Unibanco S.A.)
César Cabús Berenguer Silvano
(Banco Bradesco S.A.)
Cleomar Dutra Ferreira
(Caixa Econômica Federal)
Daniel Guedes Pereira
(Banco de Brasília S.A.)
Fabrício Leonard Santana Leite
(Banco Santander S.A.)

Henrique Tibúrcio Pena
(Goiás Fomento S.A.)
José Jorge Pedreiro Paniago
(Rede Brasileira de Correspondentes e Business Ltda)
Mara Márcia Gervásio da Costa
(Itaú Unibanco S.A.)
Marciano Testa Banco
(Agiplan S.A.)
Mário Fernando Maia Queiroz
(Seta Assessoria Ltda)
Marise Fernandes de Araújo
(Caixa Econômica Federal)
Pablo da Silva Ricoldy
(Banco do Brasil S.A.)
Pedro Ivo Santana Gomes
(Bancoob S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Mário Fernando Maia Queiroz
Presidente
Alcides Fajardo Júnior
Vice-Presidente
José Jorge Pedreiro Paniago
Vice-Presidente
Daniel Guedes Pereira
Diretor - Tesoureiro
Cleomar Dutra Ferreira
Diretor - Secretário

CONSELHO FISCAL

Alvaro Augusto Cruz Fonseca dos Reis
(Goiás Fomento S.A.)
Donizeth Euripedes Ferreira
(AR & AM Donicred Ltda)

Jorge Luiz Merjane
(Merjane Consultoria e Negócios Ltda)

REPRESENTANTE REGIONAL | TO
Silvia Leandra Pelloso (CEF)

SUPERVISOR
José Caetano Sobrinho

Rua 83, Nº 407 | Setor Sul | Goiânia/GO
TELEFONE: (62) 3218-5050
E-MAIL: asban@asban.com.br
SITE: www.asban.com.br

Jornalista Responsável
Denise Ribeiro / JP-2584

Stylo Gráfica
Arte | Impressão | Acabamento
TELEFONE: (62) 3202-2510

Asban recebe visita de membros do CRC-GO

O presidente da ASBAN, Mário Queiroz, recebeu no dia 27 de outubro o vice-presidente administrativo do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás (CRC-GO), Rangel Francisco, o conselheiro federal de Contabilidade, Henrique Ricardo Batista, e o secretário de Transparência de Aparecida de Goiânia e coordenador da Comissão de Contabilidade Pública do CRC-GO, Einstein Paniago.

O presidente da ASBAN apontou que uma parceria entre o CRC-GO e a ASBAN pode oportunizar aos contadores a possibilidade de assessorar seus clientes no reequilíbrio de suas contas e, também, nas questões de renegociação de dívidas com os Bancos. “Caso os clientes não consigam renegociar as dívidas, ainda existe a Câmara de Conciliação da ASBAN”, ressaltou.

Einstein Paniago acredita na parceria entre as duas instituições. “A Associação tem um programa de ca-

pacitação financeira e um programa de conciliação que muito interessa aos contabilistas”, afirmou o coordenador, que destacou também os cursos que podem ser oferecidos conjuntamente pela ASBAN e pelo CRC-GO.

Os visitantes apresentaram também um balanço da atual gestão do CRC-GO, sob o comando do presidente Edson Bento dos Santos, baseada nos pilares do Registro, da Fiscalização e da Educação Continuada. Segundo Paniago, uma importante marca da gestão é a transparência dos atos. Outro fato positivo da gestão é a responsabilidade fiscal, já que em 2016 fechou com aproximadamente R\$ 1 milhão de evolução positiva.

Paniago disse que no biênio 2016/2017 o CRC-GO realizou mais de 300 cursos e eventos para aper-



Lívia Borges (1ª CCM-CRCF); Henrique Ricardo Batista e Rangel Francisco (CRC-GO); Mário Queiroz (Asban) e Einstein Paniago (CRC-GO), durante reunião na sede da Associação

feiçoamento. “O programa de Educação Continuada será ampliado e chegará com mais frequência aos municípios goianos. O programa já é considerado modelo entre os CRCs do País”, destacou.

Os visitantes e membros do CRC-GO fazem parte da Chapa 1, representante da situação, e concorrem nos dias 21 e 22 de novembro ao pleito de renovação de dois terços do Conselho Pleno do CRC-GO.



Administração Pública e políticas consensuais: existe um Estado não adversarial?

Marcílio da Silva Ferreira Filho

Procurador do Estado e Advogado. Doutorando em Direito. Pesquisador. Professor de cursos jurídicos.

A política do “acordo” é uma proposta declarada na gestão judiciária e processualística. O Código de Processo Civil de 2015 prevê a preferência pela solução consensual de conflitos (art. 3º, §2º), no que é seguido de outros diplomas, a exemplo da Lei 13.140/2015. Essa perspectiva tem fundamento em fatores relevantes, entre os quais podemos destacar três: (a) redução de custos e tempo do processo judicial; (b) satisfação das partes através do consenso; (c) exequibilidade efetiva e célere das decisões.

O êxito de técnicas negociais, a exemplo da *mediação* e *conciliação* (sem prejuízo das demais) é evidenciada na atualidade, seja pelos números que apresentam, seja pela legitimidade que vem ganhando no cenário jurídico. Observa-se que a complexidade social e econômica das relações humanas e, conseqüentemente, dos conflitos que delas surgem retira cada vez mais do Poder Judiciário a capacidade de enfrentar, com a devida profundidade, cada caso que lhe é submetido. A satisfação do procedimento contencioso (em que não há acordo), ademais, é sempre pendente para apenas um lado (aquele vitorioso).

Esse contexto anunciado, contudo, ainda não recebeu o mesmo valor quan-

do a lide envolve uma pessoa jurídica de direito público como uma das partes. Em que pese a previsão contida nos diplomas normativos, as medidas para implantação de uma estrutura jurídica e cultural voltada à consensualidade internamente ao Estado ainda são incipientes.

O art. 174 do CPC prevê a obrigação aos entes federativos de criar câmaras de mediação e conciliação voltadas à solução consensual de conflitos no âmbito administrativo. Porém, poucos (para não dizer quase nenhum) Estados instituíram essa câmara, como, por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul. O Estado de Goiás, a título de exemplo, ainda não possui uma legislação tratando da criação daquela estrutura administrativa, não obstante já terem sido adotadas tratativas técnicas para elaboração do projeto.

Os entraves à implantação da cultura consensual perpassam questões retóricas e políticas complexas. Há temor de represália por meio de controles internos ou externos questionamento a atuação dos representantes estatais (advogados públicos); discutem-se quais matérias e processos poderiam ser objeto de transação, considerando uma suposta “disponibilidade” do interesse público; indagam ainda a possibilidade de questionamentos pela adoção de critérios di-

ferentes entre representantes, tendo em vista a necessidade de garantia da isonomia e impessoalidade.

A nosso ver, contudo, a cultura consensual deve iniciar especialmente a partir da transformação de atitude do Estado, inclusive mediante a superação dessas barreiras. A Administração Pública ocupa boa parte da clientela do Poder Judiciário, figurando no polo ativo ou passivo de processos que tramitam, de sorte que a gestão dos seus processos impacta diretamente na gestão do Poder Judiciário e nos números que são apresentados anualmente. Nesse sentido, afastar a consensualidade das lides envolvendo o Estado é um impeditivo claro da viabilização de políticas públicas efetivas e de uma gestão judiciária de qualidade.

A reflexão sobre o papel do Estado no campo da consensualidade – no que se inclui a mediação e conciliação – deve ocorrer de imediato. Deve-se avançar sobre questões essenciais que já se encontram em atraso para implementar uma verdadeira política pública voltada à consensualidade administrativa. A velha atuação impositiva não atende mais aos anseios de uma sociedade complexa e de informações flutuantes. Se a sociedade se reinventou, está na hora de haver também a reinvenção do Estado.

Notas

Sustentabilidade



O presidente da ASBAN, Mário Queiroz, participou no dia 1º de setembro da apresentação do Programa Tesouro Verde, do Governo de Goiás, que visa aliar preservação ambiental e o desenvolvimento econômico por meio da comercialização de créditos de florestas.

Parcerias



O presidente da ASBAN, Mário Queiroz, fez a apresentação da ASBAN ao presidente dos Correios, Gui-

lherme Campos Júnior, em Brasília. Na reunião, foram discutidas oportunidades de celebração de acordos de cooperação, visando o desenvolvimento de soluções e produtos do interesse das duas organizações.

Visita

No dia 3 de setembro, o diretor do Banco Mercantil do Brasil, Humberto Pereira de Almeida, visitou a sede da ASBAN. Estava acompanhado do gerente comercial Pessoa Jurídica da Agência Goiânia, Ramos Roberto Teixeira. Na oportunidade, foram abordados diversos assuntos de interesse das áreas financeira e mercadológica.

Apoio



A ASBAN recebeu no dia 25 de outubro representantes da Guarda Civil Metropolitana, da Prefeitura de Goiânia. Os guardas civis Yanna Ferreira, Marcelo Antônio e Célia Aparecida solicitaram apoio da ASBAN para encaminhar ao Itaú Social um pedido de ajuda para programas de combate às drogas, como Guarda-Mirim e Anjos da Guarda, desenvolvidos pela autarquia municipal.

Segurança bancária



Representando o presidente, o supervisor da ASBAN, José Caetano Sobrinho, esteve em audiência com o presidente da Câmara Municipal de Goiânia, Andrey Azeredo. Na oportunidade, a ASBAN foi colocada à disposição daquela casa de leis para contribuir naquilo que for de interesse dos Bancos e de seus clientes. O presidente do legislativo municipal disse que a parceria com a ASBAN é importante e sugeriu a realização de palestra para os vereadores sobre a segurança bancária.

Segplan

Atendendo a um pedido do Governador de Goiás, Marconi Perillo, a ASBAN foi recebida pelo Secretário de Gestão e Planejamento de Goiás, Joaquim Mesquita, no dia 17 de outubro. Na oportunidade, foram discutidos diversos assuntos de interesse das instituições financeiras, bem como a reativação de parcerias que existiam entre a ASBAN e o Governo de Goiás nos mandatos anteriores do Governador Marconi Perillo.

NOSSOS ASSOCIADOS

 www.fomento.goias.gov.br	 www.bradesco.com.br	 www.daycoval.com.br	 www.bancoob.com.br	 www.bb.com.br	 www.caixa.gov.br	 www.bicbanco.com.br	 www.ita.com.br
 www.bancocacique.com.br	 www.bcsul.com.br	 www.santander.com.br	 www.hradesofinanciamentos.com.br	 www.portal.br.com.br	 www.bancoindustrial.com.br	 www.abcbrasil.com.br	 www.bancobonsucesso.com.br
 www.ficsa.com.br	 www.redebancaria.com.br	 www.intermedium.com.br	 www.alfanet.com.br	 www.bancoagiplan.com.br	 www.unicred.com.br	 Cred Rápido	 www.donicred.com.br
 www.setaassessoria.com.br	 www.bancovotorantim.com.br	 www.comprev.com.br	 Solar Consultoria	 Realiza	 www.paranabanco.com.br	 www.bancobva.com.br	 ASPP
		 Merjane Consultoria	 Projecta Consultoria	 China Construction Bank	 www.bancopan.com.br		